

「 DOCUMENTO DO EIXO TEMÁTICO 」

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL



Data de atualização: 05/2019

SITEAL | EDUCAÇÃO TÉCNICA
E PROFISSIONAL



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Instituto Internacional de
Planejamento Educacional
IIPE UNESCO Buenos Aires
Escritório para a América Latina

Educação e formação técnica e profissional

O Centro Internacional para Educação e Formação Técnica e Profissional (UNESCO-UNEVOC) declara que a educação e formação técnica e profissional (EFTP) abrange programas educacionais voltados a transmitir conhecimento e desenvolver habilidades para participar ativamente do mundo do trabalho.

Na América Latina, a EFTP surgiu entre as décadas de 1940 e 1970 em diferentes formas. Escolas profissionais e certas ofertas de formação em artes e ofícios foram incorporadas à estrutura dos sistemas educacionais. Nesses casos, as ofertas de EFTP são concebidas como circuitos alternativos à formação acadêmica na educação secundária. Posteriormente, no final do século 20, promoveu-se a expansão da EFTP no nível superior através de programas intermediários ou cursos técnicos. Por outro lado, fora dos sistemas educacionais, a EFTP é promovida pelas organizações de trabalhadores e, em seguida, surge como uma proposta para a formação do capital humano.

Atualmente, a EFTP é mantida nos diferentes níveis do sistema formal e do sistema não formal, por meio de programas liderados por ministérios da educação e outras organizações empresariais e de trabalhadores. Dentro dos sistemas educacionais, desenvolve-se no nível secundário, principalmente no secundário superior, que corresponde à classificação CINE 3 segundo a UNESCO e, no nível superior, tanto na educação terciária quanto na universitária. Trata-se de um tipo de educação transmitida de forma muito heterogênea nos diferentes países, com diversas estruturas institucionais e de titulação, o que dificulta a comparação.

Em setembro de 2015, os 193 Estados-membros das Nações Unidas aprovaram por unanimidade os 17 objetivos que compõem a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Em seu Objetivo nº 4, a Agenda 2030 insta os Estados a “garantir a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas”.

A partir desse quadro, a UNESCO, como organismo das Nações Unidas especializado em educação, promove a “Agenda Educação 2030” e a “Estratégia para a Educação e Formação Técnica e Profissional (EFTP) 2016-2021”. Essas iniciativas promovem ações destinadas a garantir o acesso equitativo à EFTP de qualidade para mulheres e homens, bem como para pessoas socialmente vulneráveis, incluindo aquelas com deficiência e povos indígenas; bem como aumentar o número de jovens e adultos com competências técnicas e profissionais, com vista ao emprego, ao trabalho decente e ao empreendedorismo, promovendo um crescimento econômico sustentável e inclusivo e apoiando a transição para economias ecológicas e a sustentabilidade ambiental.

Situação da EFTP Diagnóstico dos países

Nos diagnósticos feitos pelos Estados, presentes em seus diversos documentos de planejamento, faz-se menção a certa consideração histórica da EFTP como uma educação de menor prestígio e qualidade, quase marginal, já que seria uma opção para aqueles que não conseguiram ingressar na educação universitária. No mesmo sentido, há uma super-representação de homens de setores desfavorecidos como o segmento que mais acessa esse tipo de educação.

Atualmente, em sintonia com as aspirações de transformar a matriz produtiva, vários países começaram a perceber a necessidade de transformar o ensino técnico profissional e, portanto, o objetivo é reavaliá-lo, adequá-lo ao contexto, promovê-lo e desenvolver condições e infraestrutura que permitam melhorar sua oferta.

Desse modo, a formação técnica profissional é reconhecida, em grande parte dos documentos de planejamento, como um fator relevante para o desenvolvimento dos países, pois aumenta a competitividade e favorece o desenvolvimento da estrutura produtiva. O seu papel central é a formação para o trabalho e a melhoria das competências, num contexto em que a articulação entre o sistema educacional e o mercado de trabalho é cada vez mais fundamental.

Para isso, os países referem-se à abertura de filiais relacionadas às atividades demandadas pelo mercado (como tecnologia da informação, robótica, serviços relacionados à gastronomia e turismo, alimentos, biocombustíveis), além das tradicionais ofertas de eletrônica, mecânica, construção, agricultura e artística.

Os desafios propostos consistem em: desenvolver uma oferta integrada e articulada de educação técnica e profissional nos diferentes níveis, melhorando a qualidade e facilitando a trajetória educacional de um nível para outro; fomentar e promover a EFTP para aumentar as matrículas; melhorar a oferta e adaptá-la aos contextos regionais e ao desenvolvimento produtivo de cada país. Nesse sentido, desenvolveram-se, por exemplo, currículos regionalizados correspondentes a diferentes povos indígenas (na Bolívia) ou colocou-se a necessidade de realizar processos de formação técnica ou de trabalho com populações com deficiência, diversidade sexual, populações que vivem com HIV-AIDS, migrantes e mulheres indígenas de áreas rurais, com o objetivo de desenvolver habilidades que permitam incorporar essas pessoas ao mercado de trabalho. Também é necessário melhorar a infraestrutura e equipá-la com o equipamento apropriado para as novas propostas e diretrizes que estão sendo desenvolvidas.

Nos países em que a EFTP tem sido implementada na educação secundária (anos finais do ensino fundamental e ensino médio) com ampla oferta, como

Cuba, Chile, Equador e El Salvador, as matrículas são superiores a 40% do total do corpo discente. Em outros países, como Argentina, Colômbia, Costa Rica e Paraguai, é de 20% e, na Bolívia, Peru, Venezuela e Nicarágua, é marginal para esse nível (Sevilha e Dutra).

Regulamentos e institucionalidade

A norma que regulamenta a EFTP é, na maioria dos países, a Lei Geral de Educação e, além disso, as complementares leis de educação superior. Na Argentina e na Colômbia, há uma legislação específica para regulamentar a educação técnica e profissional e, em outros países – por exemplo, Costa Rica, Honduras, República Dominicana e El Salvador –, foram aprovadas as leis de criação, operação e regulamentação de institutos de formação técnica e profissional, que são constituídos como os órgãos responsáveis pela política de EFTP.

A institucionalidade da EFTP costuma ser dividida entre organizações estatais e não estatais. Embora a reitoria geralmente esteja integrada no Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho assume um papel central em programas não formais e na articulação entre as instâncias educacionais formais e as práticas no setor empresarial. Por outro lado, o Ministério da Agricultura é, em geral, responsável pelos programas do setor agrário, tanto no setor formal como no setor não formal.

Os institutos nacionais de educação técnica caracterizam esse subsistema, pois tendem a ser autônomos e têm legislação e orçamento próprios. Na estrutura de gestão, em geral são compostos por membros dos setores oficial, empresarial e trabalhista. O objetivo dos institutos é organizar o sistema de formação profissional e técnica, articulando esforços do Estado, empregadores e trabalhadores com o objetivo de desenvolver recursos humanos de qualidade, que permitam aumentar a produtividade das empresas e assim ativar ou consolidar as atividades econômicas que favorecem o desenvolvimento do país. Na missão dessas instituições, propõe-se também a formação integral dos trabalhadores, apostando nos valores culturais e na convivência nacional, no desenvolvimento sustentável e equitativo da nação, na contribuição à equidade e à paz no país, entre outros objetivos. A maioria dos cursos oferecidos é gratuita e desenvolvida em diferentes regiões dos países, tentando cobrir cada território nacional com as capacitações relevantes para cada economia regional.

Quadro normativo e institucionalidade da educação técnica e profissional

País	Marco Regulatório	Institucionalidade
Argentina	Lei de Educação Técnico-Profissional n° 26.058/2005	Instituto Nacional de Educação Tecnológica (INET) - Ministério da Educação
Bolívia	Lei de Educação n° 070 "Avelino Siñani – Elizardo Perez"	Vice-ministério da Educação Superior de Formação Profissional
Brasil	Lei n° 11.892/2008 Lei n° 12.513/2011	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/ Rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia/Sistema S (SENAC - SENAI - SENAR - SENAT e outros)
Colômbia	Lei n° 749/2002 das instituições de Educação Superior Técnicas e Profissionais e Tecnológicas Documento Conpes n° 3582. Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA)
Costa Rica	Lei Fundamental de Educação, n° 2160 Lei n° 3506 de criação do INA, reformada pela Lei Orgânica n° 6868 /1983 Lei n° 7372 para o Financiamento e Desenvolvimento da Educação Técnica e Profissional	Conselho Superior de Educação/Instituto Nacional de Aprendizagem
Chile	Lei Geral de Educação	Ministério da Educação/Subsecretaria da Educação Superior
Cuba	Lei n° 680/1959, Primeira Reforma Integral do Ensino	Ministério da Educação
República Dominicana	Lei Geral de Educação n° 66 Decreto 03-2017: estabelece a validação das diretrizes da educação técnico-profissional Lei 139-01 de Educação Superior, Ciência e Tecnologia Lei 116-80: cria o Instituto Nacional de Formação Técnico-Profissional	Direção Geral de Educação Técnica e Profissional/Instituto Nacional de Formação Técnico-Profissional (INFOTEP)
Equador	Lei Orgânica de Educação Intercultural Lei Orgânica de Educação Superior	Ministério de Educação, Secretaria de Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (Senescyt)
El Salvador	Decreto Legislativo n° 554. Lei de Formação Profissional Lei de Educação Superior n° 468/2004	Sistema Nacional de Educação Técnica e Profissional, Ministério de Educação/Instituto Salvadoreño de Formação Profissional
Guatemala	Lei Orgânica da Universidade de San Carlos da Guatemala (USAC)	Ministério da Educação/Instituto Tecnológico Universitário, Universidade de San Carlos/Instituto Técnico de Capacitação e Produtividade (INTECAP)
Honduras	Decreto-Lei n° 10/1972, Lei do Instituto de Formação Profissional	Subdireção Geral da Educação Média/Universidade Nacional Autônoma de Honduras/Instituto Nacional de Formação Profissional
México	Lei para a Coordenação da Educação Superior de 1978 DOF: 23/07/2014. Decreto que cria o Tecnológico Nacional de México	Secretaria da Educação/Colégio Nacional de Educação Profissional e Técnica (CONALEP) /Subsecretaria da Educação Superior/Direção Geral de Centros de Formação para o Trabalho e Coordenação Nacional de Emprego
Nicarágua	Decreto n° 3/91, Criação do Instituto Nacional Tecnológico (INATEC) Lei Orgânica do Instituto Nacional Tecnológico, Decreto n° 40-94/1994	Instituto Nacional Tecnológico, Ministério do Trabalho
Panamá	Projeto de Lei n° 551 Orgânica do Instituto Técnico Superior Especializado (sancionada em 2017)	Instituto Nacional de Formação Profissional e Capacitação para o Desenvolvimento Humano INADEH/Instituto Técnico Superior Especializado (ITSE)/Direção Nacional de Coordenação do Terceiro Nível da Educação ou Superior
Paraguai	Lei n° 1264, Lei Geral de Educação Lei n° 253/1971 modificada pelas Leis n° 1265/1987, 1405/1999, 1652/2000 e 2199/2003	Ministério da Educação, Direção Geral de Instituições de Formação Profissional de Terceiro Nível/Serviço Nacional de Promoção Profissional SNPP
Peru	Lei Geral de Educação n° 28044	Ministério da Educação/Organismo de Gestão de Institutos/Escolas de Educação Superior Tecnológica Públicas (Educatéc)
Uruguai	Lei n° 18.437/2009, Lei Geral de Educação	Conselho de Educação Técnico-Profissional/Universidade do Trabalho do Uruguai
Venezuela	Resolução Ministerial (MPPE) 177 para a Reativação e Modernização das Escolas Técnicas Robinsônicas	Ministério da Educação/Instituto Nacional de Capacitação e Educação Socialista

O componente de formação para a vida também adquire relevância em institutos de formação técnica e profissional ou de aprendizagem, pois estes buscam a melhoria contínua das capacidades de trabalho e o fazem desenvolvendo certificações de competência em diferentes áreas. Em alguns países, essa atividade é adicionada ao sindicato ou às câmaras de negócios específicas de cada item, ou a orientação é fornecida pelo Ministério do Trabalho. A certificação de competências é o processo de avaliação e validação dos conhecimentos dos trabalhadores ao longo da vida, sem depender do formato institucional ou não em que foram adquiridos, o que promove a inserção e a competitividade dos trabalhadores nos diferentes papéis profissionais. A tabela a seguir mostra algumas das organizações dedicadas à certificação de competências nos países da América Latina. Além disso, houve progressos nas iniciativas para a construção da homogeneidade regional, buscando padronizar a avaliação das competências técnicas e profissionais no âmbito do Mercosul.

Certificação de competências, 19 países da América Latina

País	Certificação de competências
Argentina	Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social; UOCRA; Câmara Argentina da Construção
Bolívia	Sistema Plurinacional de Certificação de Competências
Brasil	Rede de Certificação (Ministério da Educação e Ministério do Trabalho)
Chile	Chile Valora
Colômbia	Sistema de Certificação de Competências do SENA
Costa Rica	Instituto Nacional de Aprendizagem
Cuba	Ministério do Trabalho e Segurança Social
Equador	Serviço Equatoriano de Capacitação Profissional
El Salvador	Instituto Salvadorenho de Formação Profissional (INSAFORP)
Guatemala	Instituto Técnico de Capacitação e Produtividade (INTECAP)
Honduras	Instituto Nacional de Formação Profissional (INFOP) / CADERH
México	Conselho Nacional de Normalização e Certificação de Competências Laborais
Nicarágua	Instituto Nacional Tecnológico (INATEC)
Panamá	Fundação do Trabalho
Paraguai	Sistema Nacional de Formação e Capacitação Laboral (SINAFOCAL)
Peru	Direção de Normalização e Certificação de Competências Laborais do Ministério do Trabalho e Promoção do Emprego
República Dominicana	Instituto Nacional de Formação Técnico Profissional
Uruguai	Ministério do Trabalho e Segurança Social
Venezuela	Ministério da Educação/Instituto Nacional de Formação e Educação Socialista (INCES)

Intervenções

Com as diferentes instituições que têm algum tipo de oferta de EFTP, os Estados alocam esforços para garantir a educação, considerando a contribuição que isso proporciona para o desenvolvimento das capacidades laborais e a consequente inclusão de pessoas no mercado de trabalho. As intervenções podem ser agrupadas em três eixos, não exaustivos, mas que conseguem englobar os objetivos dos esforços do Estado.

Melhorar o acesso

Muitas das intervenções visam combater o problema de baixa matrícula na EFTP. Esse fenômeno está relacionado às dificuldades de acesso ou ao desconhecimento e desinteresse na modalidade. Para melhorar o acesso, são desenvolvidas estratégias como salas de aula móveis, que percorrem os territórios, aproximando propostas de formação técnica e profissional dos lugares onde ela não é desenvolvida. Propõe-se também a extensão de cursos, buscando diversificação, atualização e vinculação às demandas do mercado. A fim de aumentar o interesse e conhecimento dos alunos, são desenvolvidas atividades informativas, orientação vocacional, feiras e outras estratégias para trazer propostas de EFTP à comunidade. O objetivo dessas ações é fornecer informações oportunas sobre as demandas do mercado e atualizar as tendências trabalhistas. Outro esforço dos Estados que se desenvolve dentro desse eixo é a oferta de bolsas de estudo para buscar orientações técnicas e profissionais em seus diferentes níveis.

Melhorar as oportunidades de emprego

O objetivo central das intervenções que podem ser agrupadas neste eixo é desenvolver e expandir as oportunidades, habilidades, conhecimentos e competências dos alunos, a fim de viabilizar sua incorporação no mercado de trabalho. Nesse eixo, são apontadas práticas profissionais ou estágios, que visam aproximar o campo ocupacional e adquirir diferentes formatos. Em vários países, essas estratégias são desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho ou em conjunto pelos ministérios da educação e do trabalho, que costumam cobrir parte dos estímulos e os seguros de trabalho dos alunos que estão inseridos por certo tempo nas empresas desenvolvendo os conhecimentos práticos adquiridos. Incluem-se nesse eixo as intervenções voltadas para a formação de estudantes ou profissionais que possam atender às demandas do mercado de trabalho, motivo pelo qual são desenvolvidos cursos ou programas de novas atividades, como programação, robótica e áreas específicas de serviços. Nesse sentido, o Modelo de Formação Dual desenvolvido na Alemanha foi adaptado e

desenvolvido em outros países, como exemplo de articulação de escolas e empresas.

Fortalecer instituições e equipes docentes

Neste eixo, estão localizadas intervenções voltadas ao fortalecimento da instituição e das equipes dedicadas à EFTP em todos os níveis. No nível institucional, se destacam os planos para fortalecer e revalorizar a EFTP, o investimento de recursos destinados a infraestrutura, o equipamento dos laboratórios e as ferramentas exigidas nesta formação. No que se refere às equipes docentes, são desenvolvidas diferentes modalidades de cursos de atualização de conhecimentos, tanto pedagógicas quanto de áreas técnicas e tecnológicas específicas, além de planos de estudos de professores, visando à profissionalização de docentes com formação básica, proporcionando-lhes formação pedagógica.

O que se segue é um conjunto de intervenções relevante, ainda que não exaustivo, que os estados latino-americanos pretendem garantir à educação e formação técnica e profissional.

Intervenções em educação técnica e profissional por foco

Foco Acesso	
Denominação	Objetivo
"Red Nacional Aulas Talleres Móviles" (INET - Argentina) ("Rede Nacional Salas de Aula Móveis", em tradução livre)	Levar a formação profissional a áreas onde o acesso é limitado, fundamentalmente ligado às demandas sócio-produtivas de cada região ou localidade.
"La Universidad en tu Barrio" ("A universidade no seu bairro") (INET - Secretaria de Políticas Universitárias - Argentina)	Fornecer informações sobre os cursos universitários existentes no país, a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes do INET, bolsas nacionais e vida estudantil.
Programa 111MIL (Secretaria de Políticas Universitárias - Argentina)	Cursos para formar jovens de todo o país como futuros programadores.
PRONATEC (SETEC - Brasil)	Ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por meio de ações de assistência técnica e financeira.
Programa Mulheres Mil (SETEC - Brasil)	Promover a formação profissional e tecnológica articulada com o aumento da escolarização de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

<p>Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) (SETEC - Brasil)</p>	<p>Atender à demanda de jovens e adultos para a educação profissional técnica na educação secundária.</p>
<p>“Aulas móveis” (“Salas de aula móveis”) (SENA - Colômbia)</p>	<p>Capacitar e formar as populações mais remotas do país, que por razões de tempo e espaço não podem acessar os programas regulares ensinados na EFTP.</p>
<p>“Programa Nacional de Ferias de Ciencia y Tecnología” (“Programa Nacional de Feiras de Ciência e Tecnologia”) (PRONAFECYT - Costa Rica)</p>	<p>Constituem processos de aprendizagem que estimulam o interesse pela ciência e a tecnologia, o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo desde cedo, através de experiências educacionais nos níveis pré-escolar, primário e secundário. Promovem a aquisição de atitudes, habilidades, valores e processos intelectuais que permitem aos alunos desenvolver e compreender adequadamente o seu ambiente e explorar as vocações científico-tecnológicas.</p>
<p>“Beca Práctica Tecno Profesional” (“Bolsa Prática Técnico-Profissional”) (JUNAEB - Chile)</p>	<p>Benefício destinado a estudantes de ensino médio matriculados no plano de prática supervisionada em estabelecimentos educacionais de ensino técnico e profissional.</p>
<p>Programa Nacional de Bolsas de Estudio ELOY ALFARO (Secretaria de Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação - Equador)</p>	<p>Oferecer bolsas de estudo a pessoas físicas que gozam dos direitos da cidadania equatoriana, para que possam estudar em cursos de nível técnico ou tecnológico superior e terceiro nível, em instituições de ensino superior do país.</p>
<p>Programa “Seamos Productivos” (“Sejamos Produtivos”) (Ministério da Educação - El Salvador)</p>	<p>Complementar a formação técnica a nível de liceus técnico-vocacionais e do ensino superior técnico, com ênfase no empreendedorismo, cooperativismo e associatividade.</p>
<p>“Becas de Educación y Empleo” (“Bolsas de Educação e Emprego”) (Ministério do Desenvolvimento - Guatemala)</p>	<p>Produzir condições que facilitem o acesso de adolescentes e jovens em condições de pobreza ao ciclo básico e diversificado, a fim de reduzir a situação de risco e vulnerabilidade que enfrentam. Reduzir as lacunas de desigualdade enfrentadas por adolescentes e mulheres jovens para exercer seu direito à educação. Apoiar a formação do capital humano no âmbito familiar.</p>
<p>“Programa de Formación y Capacitación Juvenil” (“Programa de Formação e Capacitação de Jovens”) (Ministério da Juventude - Nicarágua)</p>	<p>Contribuir para o desenvolvimento do talento humano, facilitando a formação profissional, técnica, especializada e contínua para fortalecer as capacidades científicas e técnicas do país.</p>

"Programa de Orientación Vocacional y Empleo (POVE)" ("Programa de Orientação Vocacional e Emprego") (Ministério do Trabalho e Desenvolvimento do Trabalho - Panamá)	O objetivo é divulgar informações oportunas sobre a tendência ocupacional e a demanda por habilidades profissionais a estudantes de educação pré-média (anos finais do ensino fundamental) e média (ensino médio) de escolas públicas e privadas em todo o país, como parte de estratégias para reduzir a demanda não atendida de talentos humanos que o país sofre em algumas ocupações técnicas e profissionais.
Foco Fortalecimento Institucional	
Denominação	Objetivo
En FoCo EFTP (INET - Argentina)	Formação e atualização pedagógica-didática em conhecimentos ligados a tecnologias transversais emergentes para professores, gestores e equipes de EFTP.
"Plan Nacional de Fortalecimiento y Revalorización de la Formación Técnica y Tecnológica" ("Plano Nacional de Fortalecimento e Revalorização da Formação Técnica e Tecnológica") (Secretaria de Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação - Equador)	Seus objetivos são: criar um subsistema de formação técnica e tecnológica; criar um modelo descentralizado com uma oferta de rede; reorganizar os cursos; prover fortalecimento pedagógico e melhoria da infraestrutura.
"Fortalecimiento del Sistema de Formación Técnico Profesional" ("Fortalecimento do Sistema de Formação Técnica e Profissional") (Ministério da Educação - Equador)	Desenvolve atividades de formação docente e atualização curricular da educação média, além de oferecer bolsas de estudo e divulgação de ofertas.
Foco Oportunidades de Trabalho	
Denominação	Objetivo
"Empleo Joven" ("Emprego Jovem") (MTEySS - Argentina)	Oferecer diferentes ações de formação e acesso ao emprego para todos os jovens. O "Programa Jóvenes con Más y Mejor Trabajo" ("Programa Jovens com Mais e Melhor Trabalho") fornece assistência econômica para capacitação, concluir os estudos, realizar treinamentos de trabalho ou gerar empreendimentos.

<p>“Programa de Apoyo al Empleo” (“Programa de Apoio ao Emprego” (Ministério do Trabalho e Previdência Social - Bolívia)</p>	<p>Subsídios para a capacitação profissional para pessoas que buscam emprego (trabalhadores, técnicos e profissionais) maiores de 18 anos.</p>
<p>Escola do Trabalhador (Ministério do Trabalho - Brasil)</p>	<p>Oferece cursos gratuitos com certificados em doze eixos tecnológicos, com o objetivo de melhorar a qualificação dos trabalhadores brasileiros e combater o desemprego.</p>
<p>“Jóvenes en acción” (“Jovens em ação”) (Prosperidade Social - Colômbia)</p>	<p>Incentivar o aprimoramento de capacidades, competências, habilidades e destrezas para o trabalho de jovens em condições de pobreza e vulnerabilidade, procurando incentivar o acesso ao ensino superior nos níveis técnico, tecnológico e universitário na modalidade de pré-graduação.</p>
<p>“Modelo Dual” (México, Costa Rica, Paraguai, Chile)</p>	<p>Fortalecer o sistema educacional para melhorar o emprego dos jovens, através de estágios para experimentar cada especialidade.</p>
<p>“Casas de la Juventud” (“Casas da Juventude”) (Ministério da Juventude - República Dominicana)</p>	<p>Espaços dinâmicos para jovens entre 18 e 23 anos de idade (Acolhimento Permanente) e entre 15 e 29 anos (Planos de Formação Técnico-Profissional), dentro dos quais haverá diferentes oportunidades para formação integral e inserção no mercado de trabalho produtivo, levando em consideração, no processo de formação, os motores que movimentam a economia dos locais onde se encontram.</p>
<p>Programas de Emprego Chambita (Honduras)</p>	<p>Proporcionar apoio a pessoas em situação de desemprego, melhorando as suas capacidades e competências para conseguir uma inserção efetiva no mercado de trabalho ou fomentando o empreendedorismo, através de processos de diagnóstico, orientação, assessoria trabalhista, formação profissional, certificação de competências profissionais, monitoramento e avaliação, para otimizar o acesso a oportunidades produtivas e com condições de empregabilidade.</p>
<p>“Capacita T” (Direção Geral de Centros de Formação para o Trabalho - México)</p>	<p>Desenvolver as habilidades integrais de jovens de 15 a 29 anos através de cursos específicos oferecidos no CECATI e no ICAT, para que eles possam atuar socialmente e profissionalmente em seus contextos.</p>
<p>“Programa Aprender, Empreender, Prosperar” (“Aprender, Empreender, Prosperar”) (Ministério da Educação - Nicarágua)</p>	<p>Fortalecer, em crianças, jovens e adultos, os conhecimentos, habilidades, atitudes e aptidões empreendedoras que permitam continuar avançando na qualidade da educação.</p>

<p>“Pro Joven: Una Oportunidad de Empleo” “Pró-Jovem: Uma Oportunidade de Emprego”) (Ministério do Trabalho e Desenvolvimento do Trabalho - Panamá)</p>	<p>Destina-se a jovens recém-formados em competências técnicas e vocacionais de escolas públicas e oferece capacitação em habilidades para o trabalho e a vida (<i>soft skills</i>), comandada por psicólogos, assistentes sociais, sociólogos e outros especialistas, além de um estágio.</p>
<p>“Programa Padrino Empresario” (“Programa Padrinho Empresário”) (MIDES - Panamá)</p>	<p>Destina-se a adolescentes de 15 a 17 anos expostos à situação de risco social, a fim de minimizar a vulnerabilidade aos problemas econômicos e psicossociais de seu ambiente e núcleo familiar, para que possam continuar seus estudos e, portanto, melhorar sua qualidade de vida. Eles recebem capacitação profissional para um futuro trabalho na empresa patrocinadora, enquanto estudam. As empresas obtêm dedução de impostos.</p>
<p>“Programa de Formación Laboral” (“Programa de Formação Trabalhista”) (Ministério da Educação e Ciência - Paraguai)</p>	<p>Promove a formação e a capacitação profissional de jovens e adultos que desejam melhorar sua preparação para o mundo do trabalho ao longo da vida.</p>
<p>“Jóvenes Productivos” (“Jovens Produtivos”) (Ministério do Trabalho e Promoção do Emprego - Peru)</p>	<p>Facilitar o acesso dos jovens ao mercado de trabalho formal por meio de capacitação profissional, assistência técnica ao empreendedorismo e intermediação trabalhista.</p>
<p>“Impulsa Perú” (“Impulsiona Peru”) (Ministério do Trabalho e Promoção do Emprego - Peru)</p>	<p>Promover o emprego, melhorar as competências profissionais e aumentar os níveis de empregabilidade no país, através das seguintes ações: informar sobre oportunidades de emprego, assessorar empreendedores de forma personalizada, capacitar de acordo com a demanda do mercado de trabalho e certificar trabalhadores que não têm educação formal em seu ofício.</p>
<p>“Yo Estudio y Trabajo” (“Eu Estudo e Trabalho”) (Ministério do Trabalho e Seguridad Social - Uruguai)</p>	<p>Oferece uma primeira experiência formal de trabalho a jovens entre 16 e 20 anos, para desenvolver habilidades transversais que lhes permitam atuar no mercado de trabalho, garantindo a continuidade do estudo.</p>
<p>PROJOVEN (Instituto Nacional de Empleo e Formación Profesional - Uruguai)</p>	<p>Melhorar as qualificações de jovens através de capacitações atualizadas do ponto de vista técnico e aumentar suas oportunidades de emprego por meio de cursos de orientação profissional, práticas de trabalho em empresas e apoio às inserções no mercado de trabalho.</p>



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



**Instituto Internacional de
Planejamento Educacional**
IIPE UNESCO Buenos Aires
Escritório para a América Latina

SITEAL

EDUCAÇÃO TÉCNICA
E PROFISSIONAL

